

[...] um novo artigo ou vídeo estimulando um monte de discussões [...]. Vídeos ao vivo muitas vezes levam a discussões entre os espectadores [...] seis vezes mais do que as interações feitas a partir de vídeos comuns”.⁵²

Indiferença radical significa que não importa o que está na tubulação, contanto que esta esteja cheia e fluindo. Camuflada como recuo em relação à corrupção, a nova estratégia duplicou as atividades ricas em superávit comportamental, sobretudo os vídeos ao vivo que Zuckerberg havia muito almejava. Em uma reportagem do *The New York Times*, os anunciantes foram rápidos em observar que as novas regras fomentariam as “antigas ambições de vídeo” do Facebook e que a empresa tinha deixado clara sua crença de que seu futuro estava em vídeos e anúncios em vídeo. Um executivo da área de publicidade comentou que o conteúdo de vídeo está “entre o conteúdo mais compartilhado e comentado na web”.⁵³

Por trás de todas as explicações para o flagelo da desinformação no ambiente on-line do capitalismo de vigilância está um fato mais profundo e mais intransigente: a indiferença radical é um convite permanente para a corrupção do primeiro texto. Ela sustenta a divisão patológica de aprendizagem na sociedade ao abandonar a integridade do conhecimento público em prol do volume e do escopo do texto sombra. A indiferença radical deixa um vazio no lugar onde as reciprocidades um dia prosperaram. Com toda sua liberdade e conhecimento, esse é um vazio que os capitalistas de vigilância não preencherão, porque fazê-lo violaria sua lógica de acumulação. É óbvio que as forças malévolas da desinformação captam esse fato mais intensamente do que os usuários e clientes do Facebook, uma vez que essas forças aprendem a explorar o ponto cego da indiferença radical e aumentar a escala da perversão da aprendizagem em uma sociedade aberta.

IV. O que é capitalismo de vigilância?

As reivindicações bem-sucedidas de liberdade e conhecimento do capitalismo de vigilância, sua independência estrutural em relação às pessoas, suas ambições coletivistas e a indiferença radical que é necessária, possibilitada e sustentada por todos os três agora nos propõem rumo a uma sociedade na qual o capitalismo não funciona como meio para instituições econômicas ou políticas

inclusivas. Em vez disso, o capitalismo de vigilância deve ser considerado uma profunda força social antidemocrática. O raciocínio que emprego não é somente meu. Ele ecoa a inflexível defesa da perspectiva democrática feita por Thomas Paine em *Direitos do homem*, a polêmica obra-prima na qual ele contesta a defesa da monarquia na obra de Edmund Burke *Reflexões sobre a Revolução na França*. Paine argumenta em favor da capacidade da pessoa comum e contra o privilégio aristocrata. Entre suas razões para rejeitar o governo aristocrata está a falta de responsabilidade pelas necessidades do povo, “porque um corpo de homens que não se consideram responsáveis por ninguém não deve merecer a confiança de ninguém”.⁵⁴

O monstruoso colosso antidemocrático e anti-igualitário do capitalismo de vigilância é mais bem descrito como um golpe vindo de cima guiado pelo mercado. Não é um *coup d'état* [golpe de Estado] no sentido clássico e sim um *coup de gens*: uma derrubada do povo dissimulada como o cavalo de Troia tecnológico que é o Grande Outro. Por força de sua anexação da experiência humana, esse golpe adquire concentrações exclusivas de conhecimento e poder que sustentam a influência privilegiada sobre a divisão da aprendizagem na sociedade: a privatização do princípio central de ordenamento social no século XXI. Como os *adelantados* e seus silenciosos encantamentos do *Requerimiento*, o capitalismo de vigilância age na forma declarativa e impõe as relações sociais de uma autoridade absolutista pré-moderna. É uma forma de tirania que se alimenta das pessoas, mas não é das pessoas. Em um paradoxo surreal, esse golpe é celebrado como “personalização”, apesar de corromper, ignorar, passar por cima e deslocar tudo em você e em mim que é pessoal.

Eu não escolhi a palavra “tirania” levemente. Como a colmeia instrumentária, a tirania é uma obliteração da política. Ela se fundamenta na própria tensão de indiferença radical na qual toda pessoa, exceto o tirano, é entendida como um organismo entre organismos em uma equivalência de Outros. Hannah Arendt observou que a tirania é uma perversão do igualitarismo porque trata todos os outros como igualmente insignificantes: “O tirano governa de acordo com a própria vontade e o próprio interesse [...] o governante que governa na forma de um contra todos e o “todos” que ele oprime são todos iguais, ou seja, igualmente impotentes.” Arendt comenta que a teoria política clássica encarava o tirano como “totalmente fora da humanidade [...] um lobo em forma humana [...]”.⁵⁵

O capitalismo de vigilância governa pelo poder instrumentário por meio da sua materialização no Grande Outro, que, como o antigo tirano, existe fora da humanidade enquanto paradoxalmente assume a forma humana. A tirania do capitalismo de vigilância não requer o açoite do déspota mais do que requer campos e *gulags* do totalitarismo. Tudo que é preciso pode ser encontrado nas reconfortantes mensagens e nos emoticons do Grande Outro, a pressão dos outros não na forma de terror, mas nas suas irresistíveis induções para confluência, o tecido da sua camisa saturado de sensores, a voz gentil que responde a suas indagações, a TV que escuta você, a casa que conhece você, a cama que dá boas-vindas aos seus sussurros, o livro que lê você... O Grande Outro age em nome de uma conjunção sem precedentes de operações comerciais que devem modificar o comportamento humano como condição de sucesso comercial. Essa conjunção substitui o contrato legítimo, o Estado de direito, a política e a confiança social por uma nova forma de soberania e seu regime de reforços administrado de forma privada.

O capitalismo de vigilância é uma forma sem fronteiras que ignora distinções mais antigas entre mercado e sociedade, mercado e mundo ou mercado e pessoa. É uma forma que busca o lucro na qual a produção está subordinada à extração, uma vez que os capitalistas de vigilância reivindicam controle unilateral sobre territórios humanos, societais e políticos que se estendem muito além do terreno institucional convencional da empresa privada ou do mercado. Pela perspectiva de Karl Polanyi, vemos que o capitalismo de vigilância anexa a experiência humana à dinâmica de mercado de modo que renasça como comportamento: a quarta “mercadoria fictícia”. As três primeiras mercadorias fictícias de Polanyi — terra, trabalho e dinheiro — estavam sujeitas à lei. Embora essas leis tenham sido imperfeitas, as instituições da lei trabalhista, da lei ambiental e da lei bancária são estruturas reguladoras voltadas para a defesa da sociedade (e da natureza, da vida e da troca) contra os piores excessos do poder destrutivo do capitalismo bruto. A expropriação da experiência humana por parte do capitalismo de vigilância não enfrentou tais impedimentos.

O sucesso desse *coup de gens* se destaca como um testemunho amargo às necessidades frustradas da segunda modernidade, que possibilitou ao capitalismo de vigilância florescer e ainda é seu veio mais rico de extração e exploração. Nesse contexto não é difícil compreender por que Mark Zuckerberg, do Facebook, oferece sua rede social como a solução para a terceira modernidade. Ele visualiza

uma ordem instrumentária totalizadora — ele a chama de nova “igreja” global — que conectará as pessoas do mundo com “algo maior do que nós mesmos”. Afirma, ainda, que será o Facebook quem enfrentará problemas da civilização em termos de escala e escopo, ao construir “a infraestrutura de longo prazo para unir a humanidade” e mantendo as pessoas a salvo com “inteligência artificial” que entende depressa “o que está acontecendo na nossa comunidade”.⁵⁶ Como Pentland, Zuckerberg imagina a inteligência de máquina capaz de “identificar riscos que ninguém poderia ter previsto, incluindo terroristas planejando ataques com o uso de canais privados, pessoas agredindo alguém temeroso demais para prestar queixa e outras questões tanto locais quanto globais”.⁵⁷ Ao ser questionado sobre sua responsabilidade com os acionistas, Zuckerberg disse à CNN: “É por isso que ter o controle da companhia ajuda.”⁵⁸

Por mais de três séculos, a civilização industrial visou exercer controle sobre a natureza em nome do aprimoramento humano. As máquinas eram nosso meio de estender e superar os limites do corpo animal de modo que pudéssemos alcançar esse objetivo de dominação. Só mais tarde é que começamos a imaginar as consequências: a Terra sobrecarregada em perigo como os delicados sistemas físicos que um dia já definiram mar e céu girando fora de controle.

Neste exato momento estamos no início de uma nova era que chamei de civilização da informação e a qual repete a arrogância perigosa. O objetivo agora não é dominar a *natureza* e sim a *natureza humana*. O foco mudou de máquinas que superam os limites do nosso corpo para máquinas que modificam o comportamento de indivíduos, grupos e populações em prol de objetivos mercadológicos. Essa instalação global do poder instrumentário supera e substitui a internalidade humana que alimenta a vontade de ter vontade e dá sustentação a nossas vozes na primeira pessoa, o que incapacita a democracia presente em suas raízes.

A ascensão do poder instrumentário é pretendida como um golpe sem derramamento de sangue, é claro. Em vez da violência dirigida ao nosso corpo, a terceira modernidade instrumentária age mais como um processo de domar. Sua solução para as exigências cada vez mais clamorosas por uma vida efetiva gira em torno da eliminação gradual de caos, incerteza, conflito, anormalidade e discórdia em favor de previsibilidade, regularidade automática, transparência, confluência, persuasão e pacificação. Espera-se que abandonemos nossa auto-

ridade, relaxemos nossas preocupações, calemos nossas vozes, sigamos o fluxo e nos submetamos aos visionários tecnológicos cuja riqueza e poder servem de comprovação da sua superioridade de julgamento. Assume-se que concordaremos com um futuro de menos controle pessoal e mais ausência de poder, em que novas fontes de desigualdade dividam e subjuguem, em que alguns de nós são sujeitos e muitos são objetos, em que alguns são estímulos e muitos são respostas.

As compulsões dessa nova visão ameaçam outros sistemas delicados também formados ao longo de milênios, mas que nesse caso são sociais e psicológicos. Estou pensando aqui nos frutos duramente conquistados de sofrimento e conflitos humanos que chamamos de perspectiva democrática e conquistas do indivíduo como fonte de julgamento moral autônomo. A "inevitabilidade" tecnológica é o mantra no qual estamos treinados, mas é um narcótico existencial prescrito para induzir resignação: uma alucinação do espírito.

Fomos alertados para a "sexta extinção" na medida em que espécies verdadeiras desaparecem mais depressa do que ocorreu em qualquer época desde o fim dos dinossauros. Esse cataclismo é a consequência não pretendida dos métodos oportunistas e insaciáveis, também exaltados como inevitáveis, com os quais a industrialização se impôs sobre o mundo natural porque suas formas de mercado não o levaram em consideração. Agora a ascensão do poder instrumentário como a expressão característica do capitalismo de vigilância augura um tipo diferente de extinção. Essa "sétima extinção" não será da natureza, mas daquilo que tem sido considerado mais precioso na natureza humana: a vontade de ter vontade, a santidade do indivíduo, os laços de intimidade, a socialidade que nos une em promessas e a confiança que geram. A morte desse futuro humano será igualmente não pretendida como qualquer outra.

V. Capitalismo de vigilância e democracia

O poder instrumentário reuniu força fora da humanidade, mas também fora da democracia. Não pode haver leis para nos proteger daquilo que não tem precedentes, e sociedades democráticas, como o mundo inocente dos tainos, são vulneráveis ao poder sem precedentes. Dessa forma, o capitalismo de vigilância pode ser encarado como parte de um alarmante voo global rumo ao que muitos

cientistas políticos agora enxergam como um amolecimento das atitudes públicas em relação à necessidade e inviolabilidade da própria democracia.

Muitos estudiosos apontam para uma “recessão democrática” global ou uma “desconsolidação” das democracias ocidentais que foram durante muito tempo consideradas impermeáveis a ameaças antidemocráticas.⁵⁹ Ainda estão sendo discutidas a extensão e a natureza exata dessa ameaça, mas observadores descrevem a amarga *saudade** associada com a rápida mudança social e o medo do futuro transmitidos no seguinte lamento: “Meus filhos não verão a vida que eu vivi.”⁶⁰ Tais sentimentos de alienação e desconforto foram expressos por muita gente ao redor do mundo em um levantamento feito em 38 países e publicado pela Pew Research no fim de 2017. Os resultados sugerem que o ideal democrático não é mais um imperativo sagrado, até mesmo para cidadãos de sociedades democráticas maduras. Apesar de 78% dos entrevistados afirmarem que a democracia representativa é “boa”, 49% também dizem que o “governo por especialistas” é bom, 26% endossam o “governo de um líder forte” e 24% preferem o “governo de militares”.⁶¹

O enfraquecimento do valor dado à democracia nos Estados Unidos e em muitos países europeus é uma preocupação séria.⁶² De acordo com uma pesquisa da Pew Research, apenas 40% dos entrevistados nos Estados Unidos apoiam a democracia e *simultaneamente* rejeitam as alternativas. Um total de 46% acham aceitáveis ambas as alternativas, a democrática e a não democrática, e 7% preferem apenas a opção não democrática. A amostra americana segue as de Suécia, Alemanha, Holanda, Grécia e Canadá em termos de profundidade do compromisso com a democracia, mas outras democracias fundamentais do Ocidente, incluindo a Itália, o Reino Unido, a França e a Espanha, junto com a Polônia e a Hungria, caem na mediana de 37%, ou abaixo dela, exclusivamente comprometidos com a democracia dos 38 países analisados.

Muitos concluíram a partir desse turbilhão que a democracia de mercado não é mais viável, apesar do fato de a combinação de mercados e democracia ter servido muito bem à humanidade, ao ajudar a tirar grande parte da humanidade de milênios de ignorância, pobreza e dor. Para alguns desses pensadores, são os mercados que devem acabar, já para outros é a democracia que está destinada à

* Em português no original. (N. T.)

obsolescência. Repelido pela degradação social e o caos no clima produzidos por quase quatro décadas de política e prática neoliberal, um importante e variado grupo de estudiosos e ativistas argumenta que a era do capitalismo está no fim. Alguns propõem alternativas econômicas mais humanas,⁶³ alguns preveem um declínio prolongado,⁶⁴ já outros, rejeitando a complexidade social, são a favor de uma mistura de poder das elites e política autoritária em uma imitação bem próxima do sistema autoritário chinês.⁶⁵

Esses desdobramentos nos alertam para uma verdade mais profunda: assim como o capitalismo não pode ser comido cru, as pessoas não podem viver sem o sentimento de que podem chegar ao lar. Hannah Arendt explorou esse território mais de sessenta anos atrás em *Origens do totalitarismo*, no qual traçou o caminho desde uma individualidade frustrada até uma ideologia totalizante. Foi a experiência de insignificância, descartabilidade, isolamento político e solidão do indivíduo que alimentou o fogaréu do terror totalitário. Tais ideologias, observou Arendt, surgem como “último apoio em um mundo onde ninguém é confiável e não se pode confiar em nada”.⁶⁶ Anos depois, em seu comovente ensaio de 1966, “Educação depois de Auschwitz”, o teórico social Theodor Adorno atribuiu o sucesso do fascismo alemão às formas como a busca por uma vida efetiva se tornara um fardo avassalador para muita gente: “É preciso aceitar que o fascismo e o terror causado por ele estão ligados ao fato de que velhas autoridades estabelecidas [...] decaíram e foram derrubadas, enquanto as pessoas não estavam psicologicamente prontas para a autodeterminação. Elas provaram não estar à altura da liberdade que caiu em seu colo.”⁶⁷

Caso venhamos a nos exaurir com nossa luta por autodeterminação e em vez disso nos rendamos às seduções do Grande Outro, inadvertidamente trocaremos um futuro de acolhimento no lar por uma árida perspectiva de tirania muda, sanitizada. Uma terceira modernidade que resolva nossos problemas ao preço de um futuro humano é uma perversão cruel do capitalismo e das capacidades digitais comandadas por ele. E é também uma afronta inaceitável à democracia. Repito a advertência de Thomas Piketty: “Uma economia de mercado [...] deixada à sua própria sorte [...] contém [...] forças de divergências vigorosas e potencialmente ameaçadoras para as sociedades democráticas e para os valores de justiça social sobre os quais elas se fundam.”⁶⁸ Esse é justamente o furacão que fará a colheita pelas mãos do capitalismo de vigilância, uma forma sem preceden-

tes de capitalismo bruto que, sem dúvida, está contribuindo para a têmpera do compromisso com a perspectiva democrática à medida que dobra populações ao sabor de sua lábia suave. Ele dá muito, mas tira ainda mais.

O capitalismo de vigilância entrou em cena com a democracia já contra as cordas, com sua vida inicial protegida e nutrida pelas reivindicações do neoliberalismo por liberdade que o distancia da vida das pessoas. Os capitalistas de vigilância aprenderam depressa a explorar o impulso concentrado cujo objetivo era esvaziar o sentido e a força da democracia. Apesar da promessa democrática de sua retórica e capacidades, o capitalismo de vigilância contribuiu para uma nova Era Dourada de extrema desigualdade de riqueza, bem como para novas formas antes inimagináveis de exclusividade econômica e novas formas de desigualdade social que separam os sintonizadores dos sintonizados. Entre os muitos insultos à democracia e às instituições democráticas impostos por esse *coup des gens*, resalto a expropriação não autorizada da experiência humana; o sequestro da divisão de aprendizagem na sociedade; a independência estrutural em relação às pessoas; a imposição furtiva do coletivo de colmeia; a ascensão do poder instrumental e a indiferença radical que sustém sua lógica extrativista; a construção, a propriedade e a operação dos meios de modificação de comportamento que constituem o Grande Outro; a revogação do direito elementar ao tempo futuro e do direito elementar a santuário; a degradação do indivíduo autodeterminante como fulcro da vida democrática; e a insistência no entorpecimento psíquico como resposta à sua compensação ilegítima. Podemos ver agora que o capitalismo de vigilância faz uma curva ainda mais aguda rumo à dominação do que seu código-fonte neoliberal prediria, ao reivindicar seu direito à liberdade e ao conhecimento e ao mesmo tempo focar numa visão coletivista que reclama a totalidade da sociedade. Embora ainda soe como Hayek, e até mesmo Smith, suas ambições coletivistas antidemocráticas o mostram como uma criança insaciável devorando os pais idosos.

O cinismo é sedutor e pode nos cegar para o fato perdurável de que a democracia ainda é nosso único canal para reforma. É a única ideia que emergiu da longa história da opressão humana que insiste no direito inalienável das pessoas de se autogovernarem. A democracia pode estar sitiada, mas não podemos permitir que seus muitos ferimentos nos desviem da fidelidade à sua promessa. É justamente em reconhecimento a tal dilema que Piketty se recusa a admitir a

século atrás: o capitalismo está “todo errado, desgrenhado”. A instabilidade da época de Edison ameaçava toda promessa de civilização industrial. Ele tinha de dar lugar, insistia ele, a uma nova síntese que reunisse o capitalismo e suas populações. Edison foi profético. O capitalismo sobreviveu longamente menos por causa de qualquer capacidade específica e mais por causa da sua plasticidade. Ele sobrevive e prospera ao renovar periodicamente suas raízes no social, encontrando novas maneiras de gerar nova riqueza ao atender novas necessidades. Sua evolução tem sido marcada por uma convergência de princípios básicos — propriedade privada, motivação de lucro e crescimento —, mas com novas formas, normas e práticas em cada era.⁷² Essa é a lição da descoberta de Ford e da lógica por trás de sucessivos episódios de revitalização ao longo de muitos séculos. “A ideia de que existiria uma única forma possível de propriedade do capital e de organização da produção não corresponde de modo algum à realidade presente no mundo desenvolvido”, escreve Piketty. “Será assim também no futuro, e com certeza cada vez mais: as novas formas de organização e propriedade estão para ser inventadas.”⁷³ O filósofo de Harvard Roberto Mangabeira Unger vai além, argumentando que as formas de mercado podem tomar uma infinidade de direções jurídicas e institucionais distintas, “cada uma com consequências dramáticas para cada aspecto da vida social” e “imensa importância para o futuro da humanidade”.⁷⁴

Quando falo com meus filhos ou para uma plateia de jovens, tento alertá-los para a natureza contingentemente histórica da “coisa que nos têm”, chamando a atenção para valores e expectativas comuns antes de o capitalismo de vigilância ter iniciado sua campanha de entorpecimento psíquico. Eu lhes digo: “Não está nada certo ter que se esconder na própria vida; isso não é normal. Não está nada certo passar as conversas da hora do almoço comparando aplicativos que possam camuflar você e protegê-lo de uma invasão contínua e indesejada.” *Cinco rastreadores bloqueados. Quatro rastreadores bloqueados. Cinquenta e nove rastreadores bloqueados, traços faciais embaralhados, voz disfarçada...*

Eu lhes digo que a palavra “busca” significava uma jornada existencial ousada, não o toque do dedo para acessar respostas já existentes; que “amigo” é um mistério personificado que pode ser forjado cara a cara e coração a coração; e que “reconhecimento” é o lampejo de acolhimento que vivenciamos no rosto da pessoa amada, não “reconhecimento facial”. Digo que não está nada certo ter nossos

melhores instintos de conexão, empatia e informação explorados por uma compensação draconiana que mantém esses bens como reféns para uma varredura completa de nossa vida. Não está nada certo que cada movimento, emoção, fala e desejo seja catalogado, manipulado e então usado para nos pastorear sub-repeticionalmente através do tempo futuro em nome do lucro de terceiros. “Essas coisas são muito recentes”, digo a eles. “Elas não têm precedentes. Vocês não deveriam aceitá-las sem questionar porque elas não estão nada certas.”

Se queremos que a democracia seja realimentada nas próximas décadas, cabe a nós reavivar o senso de indignação e perda em relação àquilo que está sendo tirado de nós. E não estou falando apenas da nossa “informação pessoal”. O que está em jogo aqui é a expectativa humana de soberania sobre a própria vida e a autoria da própria existência de cada um. O que está em jogo é a experiência interior a partir da qual formamos a vontade de ter vontade e os espaços públicos para atuar conforme essa vontade. O que está em jogo é o princípio dominante de ordenamento social em uma civilização de informação e os nossos direitos como indivíduos e sociedades de responder às perguntas *Quem sabe? Quem decide? Quem decide quem decide?*. O fato de o capitalismo de vigilância ter usurpado tantos dos nossos direitos nesses domínios é um abuso escandaloso das capacidades digitais e da promessa, que um dia já foi grandiosa, de democratizar o conhecimento e atender às nossas necessidades frustradas de uma vida efetiva. Que haja, sim, um futuro digital, mas que ele seja acima de tudo um futuro humano.

Eu não aceito a inevitabilidade e minha esperança é que você, como resultado desta nossa jornada, também não aceite. Estamos no início dessa história, não no fim. Se nos envolvermos agora com as questões mais antigas, ainda há tempo de tomar as rédeas e redirecionar a ação rumo a um futuro humano que possamos chamar de lar. Mais uma vez recorro a Tom Paine, que conclamou cada geração a afirmar sua vontade quando forças ilegítimas sequestrarem o futuro e nos lançar na direção de um destino que não escolhemos: “Os direitos do homem na sociedade não são nem passíveis de serem cedidos, nem transferíveis, nem aniquiláveis, mas são apenas herdáveis; e nenhuma geração tem o poder de interceptar em definitivo e eliminar essa herança. Se a presente geração, ou alguma outra, se dispõe a ser escrava, isso não diminui o direito da geração seguinte de ser livre: o erro não pode ter descendência jurídica.”⁷⁵

O que quer que tenha dado errado, a responsabilidade de corrigir é renovada a cada geração. Desgraçados de nós e daqueles que virão depois se abrimos mão de um futuro humano entregando-o a companhias poderosas e a um capitalismo cruel que deixe de honrar nossas necessidades ou servir aos nossos interesses genuínos. Pior ainda seria nossa capitulação muda à mensagem da inevitabilidade, que é a mão direita do poder calçada com uma luva de veludo. Hannah Arendt, referindo-se a seu trabalho sobre as origens do totalitarismo, escreveu que “a reação humana natural a tais condições é de raiva e indignação, porque tais condições vão contra a dignidade do homem. Se descrevesse essas condições sem permitir que minha indignação interfira, então teria tirado esse fenômeno específico de seu contexto na sociedade humana e assim lhe roubado parte de sua natureza, privando-o de uma de suas importantes qualidades”.⁷⁶

Isso vale para mim e talvez valha para você: os fatos nus e crus do capitalismo de vigilância necessariamente despertam minha indignação porque aviltam a dignidade humana. O futuro desta narrativa dependerá de cidadãos, jornalistas e acadêmicos indignados, atraídos para este projeto fronteiriço; políticos e formuladores de políticas públicas indignados, que compreendam que sua autoridade se origina nos valores que fundamentam sociedades democráticas; e, sobretudo, jovens indignados que ajam com o conhecimento de que eficácia sem autonomia não é efetiva, conformidade induzida por dependência não é contrato social, uma colmeia sem saída nunca pode ser um lar, experiência sem santuário não passa de uma sombra, uma vida que requeira esconder-se não é vida, toque sem sentimento não revela verdade e liberdade a partir de incerteza não é liberdade.

Voltamos aqui a George Orwell, mas talvez não do jeito que você poderia imaginar. Em 1946, em uma indignada resenha do best-seller de James Burnham, *The Managerial Revolution* [A revolução gerencial], Orwell ataca Burnham pela sua covarde ligação com o poder. A tese do livro de Burnham, lançado em 1940, era que o capitalismo, a democracia e o socialismo não sobreviveriam à Segunda Guerra Mundial. Tudo seria substituído por uma nova sociedade planejada segundo os moldes do totalitarismo. Uma nova classe “gerencial” composta de executivos, técnicos, burocratas e soldados concentraria todo poder e privilégio: uma aristocracia de talento construída em uma sociedade semiescravagista. Ao longo do livro, Burnham insiste na “inevitabilidade” desse futuro e exalta as ca-

pacidades gerenciais evidentes nas lideranças políticas alemã e russa. Ao escrever em 1940, Burnham profetizou uma vitória alemã e a sociedade “gerenciada” que a seguiria. Mais tarde, com a guerra ainda rugindo e o Exército Vermelho colhendo seus sucessos cruciais, Burnham escreveu uma série de notas suplementares para edições posteriores do livro nas quais afirmava com igual certeza que a Rússia dominaria o mundo.

A repulsa de Orwell é palpável: “Veremos que em cada ponto Burnham está predizendo *uma continuação da coisa que está acontecendo*. Agora, a tendência de fazer isso não é simplesmente um mau hábito, como imprecisão ou exagero, que podem ser corrigidos ao se refletir a respeito. É uma doença mental maior, e suas raízes residem em parte na covardia e em parte no culto ao poder, o que não é de todo separável da covardia.” As contradições “sensacionais” de Burnham revelavam seu entusiasmo com o poder e um completo fracasso em determinar o princípio criativo na história humana. “Em cada caso”, bravejou Orwell, “ele estava obedecendo ao mesmo instinto: o instinto de se curvar perante o conquistador do momento, de aceitar a tendência existente como irreversível”.⁷⁷

Orwell passou uma descompostura em Burnham pelo seu absoluto fracasso de “esforço moral”, expresso em sua profunda perda de sentido de direção. Sob tais condições, “literalmente qualquer coisa pode se tornar certa ou errada se a classe dominante do momento assim o desejar”. A perda do sentido de direção de Burnham permitiu-lhe “pensar no nazismo como algo bastante admirável, algo que poderia construir — e provavelmente construiria — uma ordem social trabalhável e durável”.⁷⁸

A covardia de Burnham é um relato que serve de advertência. Estamos vivendo um momento em que o capitalismo de vigilância e seu poder instrumental parecem invencíveis. A coragem de Orwell exige que nos recusemos a ceder o futuro ao poder ilegítimo. Ele nos pede que quebrems o feitiço de fascínio, impotência, resignação e entorpecimento. Nós respondemos a esse chamado quando nos curvamos na direção do atrito, ao rejeitarmos os fluxos suaves da confluência coercitiva. A coragem de Orwell nos coloca contra as inexoráveis marés de despossessão que rebaixam toda a experiência humana. Atrito, coragem e sentido de direção são os recursos que requeremos para iniciar o trabalho compartilhado de declarações sintéticas que reclamem o futuro digital como lugar humano, exijam que o capitalismo digital aja como força inclusiva atada às

peçoas a quem deve servir e defendam a divisão de aprendizagem na sociedade como fonte de renovação democrática genuína.

Como Orwell, Arendt enuncia a possibilidade de novos começos que não apaguem as linhas de poder já visíveis. Ela nos lembra que todo começo, visto da perspectiva do contexto que ele interrompe, é um milagre. Ela argumenta, ainda, que a capacidade de realizar tais milagres é inteiramente humana porque é a fonte de toda liberdade: "O que em geral permanece intacto nas épocas de petrificação e ruína preordenada é a faculdade da liberdade em si, a pura capacidade de começar, que anima e inspira todas as atividades humanas e é a fonte oculta [...] de todas as coisas grandes e belas."⁷⁹

As décadas de injustiça econômica e imensas concentrações de riqueza que chamamos de Era Dourada tiveram êxito em ensinar às pessoas como elas não queriam viver. Esse conhecimento as empoderou para pôr fim à Era Dourada, empunhando os armamentos da legislação progressiva e do New Deal. Mesmo agora, quando recordamos os vaidosos "magnatas" do fim do século XIX, nós os chamamos de "ladrões".

Com certeza, a era do capitalismo de vigilância terá o mesmo destino ao nos ensinar como *nós* não queremos viver. Ela nos instrui sobre o insubstituível valor das nossas maiores realizações morais e políticas ao ameaçar destruí-las. Lembra-nos de que a confiança compartilhada é a única proteção real contra a incerteza. Demonstra que o poder sem o domínio da democracia só pode gerar exílio e desespero. O ciclo da opinião pública e da lei durável de Friedman agora reverte para nós: cabe a nós usar o nosso conhecimento, recuperar nosso sentido de direção, incitar os outros a fazer o mesmo e fundar outro começo. Na conquista da natureza, as vítimas do capitalismo industrial eram mudas. Aqueles que tentarem conquistar a natureza humana verão suas pretendidas vítimas cheias de voz, prontas a dar nome ao perigo e derrotá-lo. Este livro tem a intenção de ser uma contribuição para esse esforço coletivo.

O Muro de Berlim caiu por muitas razões, mas acima de tudo porque as pessoas em Berlim Oriental disseram "Chega!". Nós também podemos ser autores de muitos fatos novos "grandes e belos" que reclamem o futuro digital como lar da humanidade. Chega! Que seja esta a *nossa* declaração.

**A ERA DO
CAPITALISMO
DE VIGILÂNCIA**

**A LUTA POR UM
FUTURO HUMANO
NA NOVA FRONTEIRA
DO PODER**

**SHOSHANA
ZUBOFF**

Copyright © 2019 by Shoshana Zuboff
Edição publicada mediante acordo com Perseus Books, LLC, Nova York, Nova York, Estados Unidos.
Todos os direitos reservados.

Sonnets from China, copyright © 1945 by W. H. Auden, renovado em 1973 pelo espólio de W. H. Auden; e "We Too Had Known Golden Hours", copyright © 1951 by W. H. Auden e renovado em 1979 pelo espólio de W. H. Auden; de *W. H. Auden Collected Poems*, de W. H. Auden. Uso autorizado por Random House, um selo e divisão da Penguin Random House LLC. Todos os direitos reservados.

Trechos de *Social Physics: How Good Ideas Spread — The Lessons from a New Science*, de Alex Pentland, copyright © 2014 by Alex Pentland. Uso autorizado por Penguin Press, um selo e divisão da Penguin Publishing Group, uma divisão da Penguin Random House LLC. Todos os direitos reservados.

TÍTULO ORIGINAL

The Age of Surveillance Capitalism

PREPARAÇÃO

Ilana Goldfeld

REVISÃO

Eduardo Carneiro

Juliana Pitanga

DESIGN DE CAPA

Pete Garceau

ADAPTAÇÃO DE CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Julio Moreira | Equatorium Design

PROJETO GRÁFICO

Six Red Marbles Inc.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Z85e

Zuboff, Shoshana, 1951-

A era do capitalismo de vigilância : a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder / Shoshana Zuboff ; tradução George Schlesinger. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2020.

800 p. ; 23 cm.

Tradução de: The age of surveillance capitalism

ISBN 978-65-5560-144-2

1. Capitalismo - Aspectos sociais. 2. Comportamento do consumidor - Aspectos sociais. 3. Consumo (Economia). 4. Tecnologia da informação - Aspectos sociais. I. Schlesinger, George. II. Título.

20-67631

CDD: 306.3

CDU: 316.334.2

Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB-7/6135

[2021]

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 — Gávea

Rio de Janeiro — RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

A definição

Ca-pi-ta-lis-mo de vi-gi-lân-ci-a, *subst.*

1. Uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e vendas; 2. Uma lógica econômica parasítica na qual a produção de bens e serviços é subordinada a uma nova arquitetura global de modificação de comportamento; 3. Uma funesta mutação do capitalismo marcada por concentrações de riqueza, conhecimento e poder sem precedentes na história da humanidade; 4. A estrutura que serve de base para a economia de vigilância; 5. Uma ameaça tão significativa para a natureza humana no século XXI quanto foi o capitalismo industrial para o mundo natural nos séculos XIX e XX; 6. A origem de um novo poder instrumentário que reivindica domínio sobre a sociedade e apresenta desafios surpreendentes para a democracia de mercado; 7. Um movimento que visa impor uma nova ordem coletiva baseada em certeza total; 8. Uma expropriação de direitos humanos críticos que pode ser mais bem compreendida como um golpe vindo de cima: uma destituição da soberania dos indivíduos.

PART II

O AVANÇO DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA